



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Eixo Temático 06 - Corpo, Gênero e Educação / Axis 06 - Body, Gender, and Education

Luana Sena da Silva¹
Anatalia Oliveira de Souza²
Taísa Santos Sacramento³
Marilete Calegari Cardoso⁴

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar de que forma os direitos de aprendizagem para a Educação Infantil propostos pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC estão contemplando as questões de gênero e sexualidade dentro da escola. Abordar essas questões nas instituições educativas contribui para um mundo respeitoso e inclusivo, além de ser uma forma de prevenir abusos sexuais na infância. No entanto, percebe-se uma resistência das escolas e dos documentos legais que regem a educação quanto a temática. Para aprofundar essa discussão, utilizamos os seguintes subsídios teóricos: Vygotsky (1998), Friedmann (2012), Paulo Freire (2007) e Azevedo (2016). Por fim, os resultados da análise demonstram que a BNCC não promove uma educação verdadeiramente inclusiva quando se trata das relações de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: BNCC, Educação Infantil, Gênero, Sexualidade.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretriz e Bases da Educação Nacional - LDB, instituiu a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica:

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Email: luanasenna013@gmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Email: oliveiraanatalia356@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Email: taisasantossacramento@gmail.com

⁴ Doutora em Educação (UFBA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Ludicidade e Infância – GEPELINF. Email: marilete.cardoso@uesb.edu.br



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade (LDB N° 9.394/96).

Nesse sentido, a BNCC estabelece seis direitos de aprendizagem para a Educação Infantil, são eles: brincar, conviver, participar, expressar, explorar e conhecer-se. Esses direitos têm por objetivo garantir às crianças um conjunto de conhecimentos fundamentais para o seu desenvolvimento.

Dessa forma, o objeto dessa pesquisa é analisar de que forma esses direitos de aprendizagem que orientam os currículos escolares na Educação Infantil estão contemplando as questões de gênero e sexualidade na primeira infância. Apoiando-se em autores como Vygotsky (1998), Friedmann (2012), Paulo Freire (2007), Azevedo (2016) para melhor embasar a discussão aqui apresentada.

Diante disso, a problematização da pesquisa, surgida a partir da inquietação ao perceber a ausência de questões de gênero em um documento que rege a educação em âmbito nacional, parte dos seguintes questionamentos: Qual a importância dos direitos de aprendizagem na educação infantil? Esses direitos de aprendizagem estão trabalhando as questões de gênero e sexualidade?

METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa está fundamentado na abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Esta pesquisa terá como base a pesquisa bibliográfica. De acordo com Sousa et al. (2021, p.64-65), “a pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo.” Desse modo, para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados os seguintes subsídios



teóricos: Vygotsky (1998), Friedmann (2012), Paulo Freire (2007) e Azevedo (2016). E os documentos que são abordados são a (BNCC) e a (LDB).

A Importância dos Direitos de Aprendizagem

Na Educação Infantil, as crianças são potencializadas o tempo todo através das brincadeiras, experimentações e interações a conhecer mais sobre si mesma e sobre o outro. Visando o desenvolvimento pleno da criança, a BNCC propõe seis direitos de aprendizagem para a educação infantil, que são eles: brincar, conviver, participar, expressar, explorar e conhecer-se.

Neste contexto, a base curricular enfatiza a relevância do brincar como um direito essencial na Educação Infantil, pois ele proporciona o desenvolvimento integral da criança, além de potencializar sua criatividade e imaginação. Sobre o brincar, Friedmann salienta que:

O brincar espontâneo abre a possibilidade de observar e escutar as crianças nas suas linguagens expressivas mais autênticas. Esse brincar incentiva a criatividade e constitui um dos meios essenciais de estimular o desenvolvimento infantil e as diversas aprendizagens (Friedmann, 2012, p. 47).

Podemos notar como as brincadeiras fazem com que a criança imagine, crie e se desenvolva socialmente e cognitivamente, gerando atividades que vão muito além do entretenimento. Por meio das brincadeiras, as crianças aprendem uma série de aprendizagens essenciais para seu desenvolvimento integral. Nessa perspectiva, percebe-se a importância do brincar para a criança, pois as experiências desenvolvidas no momento da brincadeira proporcionam às crianças a oportunidade de explorar o mundo ao seu redor. Segundo a BNCC (2017), o brincar acontece de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros, fazendo com que a criança amplie seu conhecimento e diversifique seu acesso a produções culturais, aguçar sua imaginação, sua criatividade, proporciona experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (p. 36).

Conviver, participar, expressar, conhecer-se e explorar também contribui na construção plena da criança. A convivência com outras crianças, a participação ativa nas atividades cotidianas são atividades de suma importância para o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, como propõe o documento, a criança deve ser vista como um ser



ativo, que já traz consigo repertório cultural, saberes e vivências. Sobre isso Azevedo declara que a criança “não devem ser vistas como seres incapazes, incompetentes, mas sim como pessoas que possuem capacidades para participar ativamente nas suas próprias vidas [...]” (2016. p. 3). Dessa forma, uma pedagogia participativa deve considerar a criança como um ser relevante no processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, a escola deve potencializar a criança a participar, a se expressar, pois, de acordo com Paulo Freire:

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de método para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, re-conhecer. (Freire, 2007, p. 86)

Portanto, fica evidente a necessidade da proposta pedagógica das escolas de educação Infantil ter como objetivo garantir que todas as crianças se desenvolvam de forma integral, bem como promover uma educação que incentive a criança a conversar, brincar, interagir e respeitar diferentes pares.

BNCC: Direitos de aprendizagem e as questões de gênero

Apesar da importância dos direitos de aprendizagem propostos pela BNCC para a Educação Infantil, percebe-se que há uma lacuna em relação às questões de gênero e sexualidade. Lacuna essa em que, levantamos a hipótese, é fruto de uma construção histórica e social que transformou qualquer informação/discussão relacionada ao corpo, sexualidade, gênero em um grande tabu. Um silenciamento coletivo que inibe tais discussões entre os adultos e abomina qualquer abordagem que leve isso para as paredes da sala de aula, com a acusação de que tais temas não devem ser “conversados com crianças”, abrindo precedentes para desinformação, preconceito, discriminação, abusos e outras situações complexas, distorcidas e lamentáveis, praticadas com e/ou pelas crianças, como reflexão da realidade social vivida.

Ao analisar-se o documento, nota-se que em nenhum momento são abordados de maneira específica esses assuntos. Esse silenciamento evidencia como ainda existe uma resistência das escolas em promover práticas pedagógicas que englobam essas questões, e a BNCC ao mostrar-se de certa maneira silenciosa diante disso por não mencionar ou destacar a necessidade de trabalhar essas temáticas acaba compactuando com esse



silenciamento. Nessa situação, a escola acaba reproduzindo o que vivemos na sociedade, onde falar de gênero e sexualidade ainda é esse tabu.

Paulo Freire (2007) ao falar sobre a importância do diálogo na educação, defende que a mesma deve partir da realidade dos sujeitos e promover a criticidade, combatendo silenciamentos impostos por estruturas de poder. Seria esse então o combate ao "silenciamento coletivo" sobre o qual discutimos, pois, ainda segundo o educador, ensinar exige coragem para enfrentar preconceitos e desafios sociais. Levantando sua pauta em defesa de uma educação não neutra, que ao ir de encontro a determinadas discussões combate opressões e desigualdades. Dentro do nosso contexto, das questões de gênero e sexualidade, o silêncio não protege as crianças, mas sim as expõe a desinformação, preconceitos e vulnerabilidades. Então, assim como defende Freire (2007), a educação precisa ser libertadora, proporcionando às crianças um espaço de escuta e compreensão sobre temas fundamentais para sua formação crítica e cidadã, independentemente do tabu que insiste em invisibilizar esses temas

Vale salientar também a importância de conversar sobre as questões de gênero e sexualidade com as crianças, com toda a complexidade que a temática carrega consigo, pois não é algo voltado apenas para cuidados de higiene ou a anatomia corporal, mas envolve toda uma questão de conhecer a si e seu corpo, como ele deve ser tratado, quem deve ter acesso e quais são os limites para isso, a construção da identidade das crianças e sua identificação, porque existem as diferenças entre elas e o colega e porque saber respeitar essa diferença é importante. Uma reflexão importante a se fazer é imaginar quantos problemas sociais, de preconceito, intolerância e até mesmo crimes reais poderiam ser amenizados/evitados a partir de discussões como essas, ainda na infância. A partir do cultivo de mentes saudáveis, respeitadas, que reconhecem a diferença e ainda assim não a enxergam como um problema mas como o que realmente são, a mais pura, linda e rica diversidade humana.

Ainda nesse contexto de sua importância, a educação sexual na Educação Infantil também pode ajudar a criança a cuidar e proteger seu próprio corpo, assim ela poderá relatar situações de abuso que antes passavam despercebidas. No entanto, apesar da relevância, o direito de aprendizagem "conhecer-se" não assegura condições para que as crianças aprendam a lidar nessas situações. Nesse trecho, a BNCC declara que:



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário". (BNCC, p. 38)

Dessa forma, percebe-se que, embora a proposta do direito de aprendizagem seja fazer com que a criança se conheça, em nenhum momento o documento orienta sobre a necessidade da criança conhecer seu corpo e seus limites. Essa lacuna faz com que muitas crianças não percebam quando estão sendo vítimas de abuso, o que evidencia a negligência escolar quanto a essas questões, e mais grave ainda, a negligência de um documento base, que serve de exemplo para se pensar a educação, em nível nacional. De todos os direitos de aprendizagem o que se direciona ao “conhecer-se” deveria ser aquele em que surgiriam as questões aqui apresentadas, uma vez que em nenhuma outra parte da BNCC a temática se apresenta, deixando a desejar e reforçando a partir disso um abismo, a temos existente, em nossa sociedade.

Isso articula-se com os pensamentos de Vygotsky (1998), no que se refere à construção do conhecimento e ao papel do meio social no desenvolvimento infantil. Ele destaca que a aprendizagem ocorre justamente por meio da mediação social e cultural, e a ausência de abordagens sobre o corpo, gênero e sexualidade na BNCC representa uma lacuna nesse processo. Pois, se a criança não é incentivada a buscar conhecer e compreender seu corpo e a si no ambiente escolar, perde-se uma oportunidade essencial de aprendizado mediado, deixando-a vulnerável a situações de abuso e desinformação. Isso evidencia como a educação, ao silenciar determinados temas, contribui para a reprodução de desigualdades e negligências sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de diretrizes claras na BNCC sobre gênero e sexualidade evidencia um silenciamento institucional que reflete construções históricas e sociais enraizadas. Embora o documento proponha o direito de aprendizagem relacionado ao autoconhecimento, ele falha ao não incluir o conhecimento do próprio corpo, seus limites, questões identitárias relacionadas, e várias outras questões mencionadas aqui, como parte essencial desse processo. Esse vazio deixa crianças vulneráveis a desinformação, preconceitos e até mesmo abusos, reforçando desigualdades já presentes na sociedade.



A educação deve ser um espaço de formação crítica e mediação social, e não de omissão, principalmente diante do medo, da repressão, do preconceito e pressões sociais. Ao ignorar essas questões, a BNCC limita a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, perpetuando um modelo que nega às crianças o direito de compreender e expressar suas identidades de forma segura, crítica, respeitosa e consciente. Para superar esse abismo, é necessário romper com os tabus e garantir que a escola seja um ambiente onde todas as dimensões do desenvolvimento infantil sejam respeitadas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Andreia Cristina Lopes de. A criança é um ator social. Psicologia.pt. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, MEC, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura).

FRIEDMANN, Adriana. O brincar na Educação Infantil: observação, adequação e inclusão. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2012.

MARCHI, Nadine de; FARENZENA, Rosana Coronetti. a participação e a cidadania das crianças na educação infantil. 1-13, 2016. Acadêmica do Curso de Pedagogia. Acesso: 23 de março de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

VEIGA NETO, João Cavalcante. Direito de aprendizagem e desenvolvimento: a percepção dos estudantes estagiários em relação às interações e brincadeiras na educação infantil. Maceió, p. 1-19, 2019. Acesso: 23 de março de 2023.

SOUSA, Angélica; OLIVEIRA, Guilherme.; ALVES, Laís. pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.



VIGOTSKI, Lev Semenovich. A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.